



Prefeitura Municipal de Jucurutu

Concurso Público
Edital nº 001/2016

Procurador

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 40 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** › Língua Portuguesa; **11 a 15** › Informática; **16 a 20** › Legislação; **21 a 40** › Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____



O texto abaixo servirá de base para as questões desta prova.

Lembrar é essencial

Marcia Tiburi

O homem é o animal que lembra. Podemos dizer isso tendo em conta que não haveria, de um modo geral, a cultura sem o trabalho da memória. Definir o que é a memória, porém, não é fácil. Os cientistas tentam explicá-la afirmando seu funcionamento físico-químico em nível cerebral. Os historiadores criam suas condições gráficas por meio de documentos e provas. Definem, com isso, uma linguagem compreensível sobre o que ela seja: o que podemos chamar de “campo da memória”. Os artistas e escritores tentam invocar seus subterrâneos, aquilo que, mesmo sem sabermos, constitui nosso substrato imagético e simbólico. Mas o que é a memória para cada um de nós que, em tempos de excesso de informação, de estilhaçamento de sentidos, experimenta o fluxo competitivo do cotidiano, a rapidez da vida, como se ela não nos pertencesse? Como fazemos a experiência coletiva e individual da memória? É possível lembrar? Lembrar o quê? Devemos lembrar? Se esta pergunta é possível, a contrária também tem validade: haverá algo que devemos esquecer?

Para os antigos gregos, *Mnemósyne* era a “deusa da memória, a mãe das nove musas” que inspiravam os poetas, os músicos, os bailarinos. Seu simbolismo define que a memória precisa ser criada pelas artes. Numa civilização oral como foi a grega, nada mais compreensível do que uma divinização da memória. A memória é a mãe das artes, tanto quanto nelas se reproduz, por meio delas é que mantém sua existência. Por isso, ela presidia a poesia, permitindo ao poeta saber e dizer o que os humanos comuns não sabiam. Que a memória seja mãe das musas significa que a lembrança é a mãe da criatividade. Mas de que lembrança se está tratando?

Para além da mitologia, na filosofia, distinguem-se dois modos de rememoração: *Mneme*, espécie de arquivo disponível que se pode acessar a qualquer momento, e *Anamnese* ou a memória que está guardada em cada um e que pode ser recuperada com certo esforço. A primeira envolve um registro consciente, enquanto a segunda manifesta o que há de inconsciente na produção de nossas vidas, ou seja, o que nos constitui sem que tenhamos percebido que nos aconteceu, que se forjou por nossa própria obra.

A memória era a deusa que permitia a conexão com os mortos, com o que já foi, com o que poderia ter sido, com o que, para sempre, não mais nos pertence desde que, com ele, não partilhamos o tempo.

O atual modo de vida, pleno de elementos descartáveis, não privilegia a memória. O que se chama “consumismo” tem relação direta com o abandono e o descaso com a memória. Descarta-se tudo, de objetos de uso doméstico a amigos, de roupas a amores. O projeto ecologista da reciclagem é, de certo modo, um trabalho de memória. Na apressada vida urbana, vige a regra de que tudo passa, o encanto pertence apenas à novidade, tudo vira lixo instantaneamente. A fungibilidade, a capacidade de trocar, é universal. Se tudo o que existe deve ser descartado, significa que sua existência não faz muita diferença. Esquecer, assim, ou elevar o esquecimento a esta lei, é algo perverso.

Esse gesto tem, porém, uma estranha e maléfica compensação. Numa cultura em que esquecer é a lei, ressentir é inevitável. O ressentimento é a incapacidade de esquecer, impossibilidade de deixar de lado, de abandonar o verdadeiro lixo, ou, em outros termos, o passado com o que, nele, foi espúrio. Ressentimos porque não somos capazes de ver além, carregamos o sofrimento como gozo, ou seja, como o que, contraditoriamente, nos faz bem.

Por outro lado, o ressentimento é movido pela culpa de ter abandonado algo que, injustiçado, tempos depois, reclama sua volta. O ressentimento é um mal por ser fruto da culpa. A culpa, por sua vez, é como uma doença contagiosa da qual a humanidade inteira foi vítima, e ainda é, enquanto não aprende a compreender e aceitar suas próprias escolhas. A esta capacidade chama-se hoje responsabilidade. Mas, mesmo com a responsabilidade, é preciso

tomar cuidado para que ela não seja um mero disfarce da culpa que ainda não eliminamos. Responsabilidade só é possível quando há solidariedade. Quando nos responsabilizamos, não apenas por nossas vidas e atos, mas percebemos que somos apenas parte da vida e que muitas de nossas escolhas são coletivas.

Nietzsche, filósofo que morreu em 1900, dizia que a memória tinha vantagens e desvantagens na vida. É certo que quem quiser viver bem, quem almejar de algum modo ser feliz, deverá provar o equilíbrio entre lembrar e esquecer. Temos, neste momento, um problema de distinção: o que devemos esquecer, o que devemos lembrar? Na busca de um meio termo, mais vantajoso será guardar o que nos traz bons afetos ou alegria e descartar o que nos traz maus sentimentos, ou tristezas. Motivos para a infelicidade não faltam a quem quiser olhar para a história humana e a história pessoal. Mas, enquanto a memória histórica nos faz bem, pois nos mostra o que se passou para chegarmos até aqui, a memória pessoal faz o mesmo, mas ela só tem sentido se conectada à memória coletiva. Para poder buscar a alegria de viver, é preciso olhar para a frente, para o futuro, e reinventar a vida a cada dia. É essa invenção do presente que nos dará, no futuro, um passado do qual tenhamos prazer em lembrar. Viver do passado ou no passado só prejudica o presente no qual elaboramos o que será amanhã o passado.

Diante do trauma, da lembrança que ficou recalcada em substratos profundos de nossa inconsciência, que define o ser e o agir em sociedades inteiras, como o que foi vivido em catástrofes como a nazista, a do Vietnã, a da colonização e escravização no Brasil, e tantas que conhecemos nas vidas pessoais e familiares, esquecer torna-se um remédio contra o sofrimento. Mas esquecer não é apagar o que se viveu de modo abstrato, muitas vezes é justamente pela “rememoração” que nos lembramos. Por isso, contar histórias, fazer arte, ou seja, deixar-se levar pelas musas, continua sendo a melhor saída. A vida criativa é a única que evita o mau esquecimento e, por outro lado, a má lembrança que é o ressentimento.

Disponível em: <<http://www.marciatiburi.com.br/textos/lembrar.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016. [Adaptado]

01. De acordo com o texto, a chave para se viver bem está relacionada

- A)** à habilidade de rememorar as lembranças associadas à história pessoal.
- B)** à capacidade de descartar as experiências insignificantes da vida social.
- C)** ao atingimento do balanço adequado entre a mneme e a anamnese.
- D)** ao estabelecimento de um meio-termo entre memória e esquecimento.

02. O primeiro parágrafo do texto objetiva

- A)** contextualizar o tema abordado no conjunto dos parágrafos, visto que, por tratar de questões existenciais, é fundamental o autor erigir dúvidas sobre o que pretende analisar.
- B)** situar o leitor na discussão, haja vista que, por abordar um tema filosófico, é imprescindível o autor apresentar perguntas retóricas como as formuladas no final do parágrafo.
- C)** situar o leitor na discussão, oferecendo as condições contextuais necessárias à adequada compreensão da intenção comunicativa dominante no conjunto dos parágrafos do texto.
- D)** contextualizar o tema abordado no conjunto dos parágrafos, sendo suficiente para a compreensão exata dos questionamentos formulados ao longo do texto.

03. O título

- A)** expõe uma contradição frente às opiniões apresentadas ao longo do texto.
- B)** revela um ponto de vista contrário às ideias defendidas ao longo do texto.
- C)** contém uma crítica implícita à temática discutida no texto.
- D)** expressa uma opinião atinente à temática abordada no texto.

04. No texto, verifica-se a presença de
- A) injunção e narração, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no modo subjuntivo.
 - B) narração e argumentação, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no modo imperativo.
 - C) descrição e injunção, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no pretérito perfeito e no presente do indicativo.
 - D) argumentação e descrição, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo.
05. Considerando o uso das vírgulas na oração “**A fungibilidade, a capacidade de trocar, é universal.**”, analise as afirmativas a seguir:

I	A segunda vírgula está em desacordo com as normas gramaticais, pois separa o sujeito de seu predicado.
II	As duas vírgulas são utilizadas, em acordo com a norma gramatical, para isolar um aposto explicativo.
III	A primeira vírgula é utilizada para separar itens de uma enumeração de termos de mesma função sintática.
IV	As duas vírgulas podem, sem prejuízo do sentido e das normas de pontuação, ser substituídas por travessões.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
 - B) II e IV.
 - C) I e II.
 - D) III e IV.
06. No que se refere aos modos de citação do discurso alheio, há
- A) modalização em discurso segundo no nono parágrafo do texto.
 - B) citação direta no primeiro e no quinto parágrafos do texto.
 - C) citação indireta no sétimo parágrafo do texto.
 - D) ilha textual no segundo parágrafo do texto.

07. Leia o trecho a seguir:

Nietzsche, filósofo **que (1)** morreu em 1900, dizia **que (2)** a memória tinha vantagens e desvantagens na vida.

Os elementos linguísticos **1 e 2**

- A) pertencem à mesma classe gramatical e introduzem, respectivamente, uma oração subordinada substantiva e uma oração subordinada adjetiva.
- B) pertencem à mesma classe gramatical, mas introduzem orações de função sintática distintas.
- C) pertencem a classes gramaticais distintas e introduzem, respectivamente, uma oração subordinada adjetiva e uma oração subordinada substantiva.
- D) pertencem a classes gramaticais distintas, mas introduzem orações de mesma função sintática.

As questões 08 e 09 referem-se ao trecho a seguir:

O **homem (1)** é o **animal (2)** que lembra. Podemos dizer **isso (3)** tendo em conta que não haveria, de um modo geral, a cultura sem o trabalho da memória. Definir o que é a memória, porém, não é fácil. Os cientistas tentam explicá-la afirmando seu funcionamento físico-químico em nível cerebral. Os historiadores criam suas condições gráficas por meio de documentos e provas.

08. No primeiro período do trecho, as palavras **1** e **2** destacadas estabelecem relação
- A) hiperonímica em que a segunda é a mais abrangente.
 - B) hiponímica em que a segunda é a mais específica.
 - C) sinonímica em que as duas palavras se equivalem.
 - D) antonímica em que as duas palavras se opõem.
09. O elemento linguístico **3** é
- A) anafórico e retoma informação presente no período anterior.
 - B) catafórico e antecipa informação presente no período seguinte.
 - C) anafórico e refere-se a “homem”.
 - D) catafórico e substitui “memória”.
10. O texto apresenta predominantemente
- A) um registro informal, tendo em vista a necessidade de promover uma aproximação com os leitores.
 - B) uma linguagem conotativa em função da natureza metafórica da temática discutida.
 - C) um registro formal, uma vez que é necessário obedecer à norma-padrão em qualquer contexto.
 - D) uma linguagem denotativa devido às especificidades do gênero discursivo em questão.

11. Com base em seus conhecimentos sobre o sistema operacional Windows 7, analise as afirmativas a seguir:

I	Ao clicar com o botão direito do mouse sobre um arquivo e, em seguida, na opção “propriedades”, é possível verificar atributos desse arquivo, como nome, tamanho, data de modificação e tipo de arquivo.
II	Os arquivos apresentam uma extensão ao final de seu nome. Essa extensão determina o tamanho máximo que o arquivo pode alcançar.
III	Para mover um arquivo de uma pasta para outra, basta selecioná-lo e pressionar a combinação das teclas Ctrl + X.
IV	Existem caracteres que não são permitidos na nomeação de arquivos.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I e IV.

12. Marcelo possui uma loja em que são vendidos itens como camisetas, calças e sapatos. Querendo um maior controle sobre suas vendas, resolveu utilizar o Microsoft Excel 2007 para registrar o número de vendas efetuadas, colocando o número de itens vendidos em cada mês, ao longo do primeiro semestre do ano, como mostra a figura abaixo:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1								
2								
3		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
4	Camisetas	320	190	420	300	130	230	
5	Calças	130	110	70	120	140	70	
6	Sapatos	90	280	210	340	450	340	
7								
8								
9								

Marcelo gostaria de extrair as seguintes informações dessa tabela:

I	O número de camisetas vendidas no primeiro semestre.
II	A média aritmética do número de itens vendidos no mês de maio.
III	O número de calças vendidas no primeiro trimestre do ano.

Para conseguir essas informações, nessa ordem, Marcelo deverá utilizar os comandos:

- A) =SOMA(B4:D6); =MÉDIA(E4:E6); =SOMA(B4:D4).
- B) =SOMA(B4:G4); =MÉDIA(F4:F6); =SOMA(B5:D5).
- C) =SOMA(C4:C6); =MÉDIA(G3:G5); =SOMA(C4:E4).
- D) =SOMA(C4:G4); =MÉDIA(B3:B5); =SOMA(C5:E5).

14. O Mozilla ThunderBird é um programa de correio eletrônico para envio e recebimento de emails e fica instalado no computador a fim de que o usuário não precise acessar uma página da web para visualizar seu email, oferecendo vantagens como a sincronização das mensagens.

Sobre esse programa, é correto afirmar:

- A) Permite a utilização de apenas uma conta de e-mail.
- B) A visualização dos e-mails é possível apenas se o usuário estiver conectado à internet.
- C) Permite a criação de tarefas com agendamento.
- D) O atalho utilizado para realizar uma busca é a combinação das teclas Ctrl + S.

15. Pragas virtuais são softwares maliciosos que têm como objetivo prejudicar o usuário realizando ações indesejadas. Acerca desse tema, considere os conceitos a seguir:

I	Programa que recolhe informações do usuário de forma ilícita e as envia para terceiros.
II	Programa que consegue se replicar automaticamente sem a necessidade de infectar outros arquivos, apenas executando suas próprias cópias.
III	Programa que infecta outros arquivos e programas e se propaga dependendo da execução destes.

Considerando seus conhecimentos sobre pragas virtuais, os itens I, II e III explicitam, **respectivamente**, os conceitos de

- A) spyware, worm e vírus.
- B) vírus, worm e spyware.
- C) spyware, vírus e worm.
- D) vírus, spyware e worm.

21. O Uber é um aplicativo inovador destinado à realização de transporte de passageiros mediante pagamento. O Prefeito do município do Elo Perdido, curioso no que diz respeito à chegada do Uber ao território da cidade, decidiu formular consulta à Procuradoria Jurídica com a intenção de saber, com base na redação explícita da Constituição de 1988, a quem compete legislar sobre o tema do transporte no Brasil. Em resposta à consulta realizada, com foco exclusivo no texto expresso da Constituição Federal de 1988, a Procuradoria Jurídica do Município afirmou que o ente federado responsável por legislar sobre transporte no Brasil é
- A) a União.** **C) o Distrito Federal.**
B) o Estado membro da federação. **D) o Município.**
22. Seguindo a ideia de tripartição das funções do Estado, o constituinte brasileiro cuidou de inserir no texto da Constituição Federal de 1988 a disciplina e a conformação normativa dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que diz respeito a este último, de acordo com o que determina o art. 92 do texto constitucional, são órgãos que o integram:
- A) os Tribunais de Justiça dos Estados, os Tribunais Arbitrais e seus juízes e os Tribunais Regionais Federais.**
B) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os juízes esportivos e o Tribunal de Contas da União.
C) o Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Juízes Eleitorais.
D) os Tribunais de Contas dos Estados, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva e o Supremo Tribunal Federal.
23. A Constituição Federal de 1988 dedica um Capítulo específico à disciplina da política urbana. No que diz respeito a esse tema, o texto constitucional estabelece que
- A) a propriedade urbana cumpre sua função social independentemente de atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, posto que este é irrelevante para o tema.**
B) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
C) as desapropriações de imóveis urbanos, a partir das diretrizes da responsabilidade objetiva do Estado, serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
D) o indivíduo que possuir área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por três anos, adquirir-lhe-á o domínio, ainda que seja proprietário de outro imóvel.
24. A Administração Indireta, de acordo com o entendimento majoritário externado pelos juristas nacionais, é formada por entes variados, a partir de atos de descentralização, com o objetivo de desempenhar atividades ligadas ao Estado. São entes da Administração Indireta as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações. A disciplina normativa expressa sobre o tema determina que
- A) somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.**
B) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
C) somente por emenda constitucional poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
D) somente por decreto poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

- 25.** A ideia basilar de responsabilidade civil reside na possibilidade de responsabilização do sujeito causador de determinado dano para que, a partir daí, possa ser restabelecido o sentimento de justiça na sociedade e a situação de paz anterior à efetivação da lesão. No que diz respeito aos danos ocasionados pelo Poder Público, a Constituição Federal cuidou da disciplina inicial do tema em seu art. 37, § 6º, determinando que
- A)** as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
 - B)** as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão subjetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo.
 - C)** as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão subjetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, não sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
 - D)** as pessoas jurídicas de direito público, excluídas as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, não sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável.
- 26.** Os servidores da Administração Pública brasileira, a partir daquilo que a Constituição estabelece, não podem acumular indiscriminadamente quantos cargos públicos desejarem. A ideia do constituinte foi a de limitar a acumulação simultânea de atividades. Nesse sentido, o Direito Constitucional positivo brasileiro determina:
- A)** É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo possível a acumulação de dois cargos de professor com um cargo técnico.
 - B)** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo possível a acumulação de dois cargos de professor quando houver compatibilidade de horários.
 - C)** É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo possível a acumulação de três cargos de professor quando houver compatibilidade de horários.
 - D)** É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo possível a acumulação de três cargos de professor com um cargo técnico.
- 27.** Visando regulamentar o conteúdo do art. 37, §4º da Constituição Federal de 1988, foi publicada, no Brasil, a Lei Federal n.º 8.429, de 1992, mais conhecida como “Lei de Improbidade Administrativa”. De acordo com o conteúdo do art. 11 dessa Lei, é ato de improbidade que atenta contra princípios da Administração:
- A)** perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública.
 - B)** permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço.
 - C)** revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
 - D)** adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública e bens de qualquer natureza.
- 28.** Visando assegurar a motivação no âmbito dos atos administrativos, a Lei de Processo Administrativo Federal expõe, em seu art. 50, quando se faz obrigatória a motivação. Nesse sentido, a legislação mencionada determina que
- A)** na solução de vários assuntos da mesma natureza, é vedado o uso de meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
 - B)** a motivação deve ser implícita, porém clara e congruente, sendo vedado que corresponda à declaração de concordância com anteriores pareceres.
 - C)** os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidam processos administrativos de concurso.
 - D)** é prescindível que a motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais conste da respectiva ata ou de termo escrito.

- 29.** Visando assegurar receita para os entes federados, a legislação nacional atribui a tais entes competência tributária. Nesse sentido, o Código Tributário Nacional, disciplinando o tema do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, expõe que
- A)** o imposto, de competência da União, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana da União.
 - B)** o imposto, de competência dos Municípios e dos Estados, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município e do Estado.
 - C)** o imposto, de competência dos Estados delegada aos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana dos Estados.
 - D)** o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- 30.** O serviço de iluminação pública é hoje compreendido como serviço público indivisível. Nesse sentido, não sendo possível mensurar o exato consumo de tal serviço por cada cidadão, existem peculiaridades que permeiam a sua forma de custeio pelo Poder Público. Sobre o tema do custeio da iluminação pública pelos municípios, o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, em conjunto com o texto constitucional, determina que o serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante
- A)** contribuição.
 - B)** taxa.
 - C)** imposto.
 - D)** tarifa.
- 31.** O artigo primeiro do novo Código de Processo Civil expressa a noção de que o processo civil não está dissociado da Constituição e que, dessa maneira, as normas processuais devem ser interpretadas à luz dos preceitos constitucionais, traduzindo o fenômeno conhecido como constitucionalização do processo. Esse fenômeno pode ser expresso pela
- A)** noção de paridade de tratamento entre as partes em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.
 - B)** normatização do princípio da razoável duração do processo, considerando-se para tanto a solução integral do mérito, sem observar a atividade satisfativa.
 - C)** adoção do princípio da cooperação, decorrência do princípio da solidariedade, devendo as partes cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
 - D)** assunção do princípio da não surpresa, que proíbe o juiz de decidir com base em fundamento sobre o qual as partes não se manifestaram, exceto quando se trate de matéria que tenha de decidir de ofício.
- 32.** O Novo Código de Processo Civil trouxe como inovação a criação de um título específico, em sua parte geral, para tratar da advocacia pública. Entre essas inovações, evidencia-se a
- A)** aplicação do regime de honorários condizente com a regra geral, em caso de condenação da Fazenda Pública.
 - B)** possibilidade de que a intimação pessoal da Fazenda Pública seja feita pelo meio eletrônico.
 - C)** contagem do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e manifestar-se.
 - D)** exigência de multa como requisito para recorrer, na hipótese de condenação em embargos de declaração.

- 33.** João Pereira, em demanda contra o município de Jucurutu, acerca da cobrança de materiais fornecidos ao ente público e supostamente não pagos, tem seu intento negado em primeira instância e, tempestivamente, apelou da decisão. Entretanto, seu advogado não diligenciou no tocante à comprovação do pagamento do preparo recursal. Levando-se em consideração que os autos tramitam em meio eletrônico, nessa situação, o magistrado deve
- A)** considerar o recurso em questão apto a ter seguimento, já que, na via eletrônica, é inexigível o pagamento de qualquer preparo recursal.
 - B)** determinar de imediato a extinção do recurso de apelação, aplicando, ao caso concreto, a sanção pela deserção.
 - C)** intimar João Pereira a realizar o pagamento do preparo recursal bem como o porte de remessa e retorno adequado à situação.
 - D)** intimar João Pereira a realizar o pagamento em dobro do preparo, salientando a desnecessidade de pagamento de porte de remessa e retorno.
- 34.** Segundo Américo Plá Rodrigues, “princípios são preceitos de otimização. Eles prescrevem que algo deve ser feito da maneira mais ampla possível, compatíveis com as possibilidades jurídicas e de fato”. Levando-se em consideração esse conceito, em relação aos princípios de direito do trabalho, é correto afirmar que
- A)** o princípio da primazia da realidade traduz a concepção de que o processo do trabalho deve buscar a realidade conforme apresentada documentalmente.
 - B)** o princípio da proteção tem como consequência imediata e lógica a aplicação do *in dubio pro operário*.
 - C)** o princípio da boa-fé indica a possibilidade de o trabalhador renunciar ao seu direito às férias, caso seja sua vontade.
 - D)** o princípio da condição mais benéfica não é barreira para que negociação coletiva retire vantagem ou conquista já consolidada.
- 35.** O município de Jucurutu, para atender necessidade decorrente da insegurança pública, realiza os procedimentos legais de licitação e contrata a empresa ALERTA JÁ para os serviços de vigilância privada. Os meses se passam e tudo parece transcorrer em normalidade quando dois vigilantes ajuízam reclamação trabalhista, alegando três meses de salários atrasados, falta de depósito regular do FGTS, além de não pagamentos de horas extraordinárias. Nessa situação, considerando que não houve fiscalização do referido contrato, o Município de Jucurutu é responsável
- A)** diretamente pelos encargos trabalhistas da contratada, podendo se utilizar da via da ação de regresso para ressarcir seu prejuízo.
 - B)** solidariamente, em caso de falência da empresa, o que demonstrará a culpa *in eligendo* da Administração Municipal.
 - C)** subsidiariamente pelo mero inadimplemento das obrigações trabalhistas da contratada caso a falha na fiscalização contratual reste comprovada cabalmente.
 - D)** preventivamente, devendo a empresa contratada arcar com os débitos trabalhistas, já que a licitação está regular e os reclamantes não são empregados da prefeitura.

- 36.** Os crimes contra as finanças públicas, previstos no Código Penal, em capítulo introduzido pela Lei 10.028/2000, eram todos alcançados anteriormente, pelo que previa o art. 315 do Código Penal, o que acabava por deixar de fora várias situações de ofensas às finanças públicas. Essa lei, portanto, tipificou novas condutas e especializou outras condutas previstas no decreto 201/67. A esse respeito, é correto afirmar:
- A)** O sujeito ativo desses delitos são os detentores do mandato eletivo do poder executivo, pois são os responsáveis pela destinação das verbas.
 - B)** O sujeito ativo dos crimes tipificados no capítulo de crimes contra finanças é o funcionário público que tenha como atribuição a destinação de verbas públicas.
 - C)** O art. 359-A traz como premissa básica a ausência de previsão na lei orçamentária anual, sendo, portanto, uma norma penal em branco heterogênea por precisar de uma lei para sua complementação.
 - D)** O art. 92 do Código penal tem efeitos automáticos, e, portanto, havendo condenação do Prefeito por um desses delitos, é desnecessária a fundamentação da sentença para determinar a perda do mandato.
- 37.** A Lei de Responsabilidade Fiscal é elemento fundamental na administração das contas públicas, limitando os gastos que podem ser feitos pela Prefeitura e estabelecendo critérios de transparência e de controle em relação às despesas municipais. Nesse condão, a lei de responsabilidade fiscal veda
- A)** o gasto com folha de pagamento de pessoal superior a 50% da receita corrente líquida.
 - B)** o aumento de despesa com pessoal, nos 180 dias que antecedem o final de mandato do Prefeito.
 - C)** a não utilização de verbas destinadas pelo Estado ou União, podendo, para tanto, usar os recursos com finalidade diversa da acordada.
 - D)** a redução temporária da jornada de trabalho, com redução de vencimentos compatíveis com a nova carga horária, para os celetistas, mesmo que por acordo ou convenção coletiva.
- 38.** O Município de Jucurutu, por meio de procedimentos previstos legalmente, adquiriu propriedade rural com a intenção de estruturar uma escola agrícola municipal. Durante uma fiscalização de praxe, descobre-se que, da reserva legal prevista para a área em questão, só estão preservados 5% da mata nativa, ao contrário do previsto no Código Florestal, que determina 20% para essa circunstância. Nessa situação, o Município de Jucurutu deve
- A)** promover a recuperação dos danos ambientais, podendo requerer a responsabilização solidária do antigo proprietário pelos danos por ele causados.
 - B)** assumir, com exclusividade, por ser uma obrigação *propter rem*, a integralidade dos custos da recuperação ambiental em questão.
 - C)** ser isento de qualquer encargo pelo dano ambiental, a não ser que seja demonstrada, na modalidade subjetiva, sua responsabilidade pelo que ocorreu.
 - D)** recuperar a área devastada e arcar com esses custos, como usuário-pagador, e posteriormente buscar indenização do antigo proprietário.

- 39.** O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e o novo modelo da teoria das incapacidades, baseado em convenções internacionais, inspiraram a promoção de alterações no Código Civil e a mudança de paradigma para tudo o que se refere ao tema direito civil e capacidade civil. Dentre as consequências mais evidentes dessas alterações de entendimento, está
- A)** a estipulação de atendimento prioritário para a pessoa com deficiência, o que exclui os processos e procedimentos judiciais dos quais for parte.
 - B)** a possibilidade de qualquer pessoa com idade de 16 anos casar-se sem necessidade de anuência dos pais ou responsáveis legais.
 - C)** a mudança no instituto da curatela, que se reserva aos atos de natureza patrimonial e negocial, restando preservados os direitos ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde e ao voto.
 - D)** a busca pelo pleno exercício da cidadania da pessoa com deficiência, que é considerada capaz para casar e exercer sua sexualidade, conservando seus direitos reprodutivos e fertilidade, mas não para exercer a guarda, a tutela, a curatela e a adoção.
- 40.** A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica foi consagrada definitivamente no Brasil pelo Código de Defesa do Consumidor, para depois ser encartada no art. 50 do Código Civil. Sobre o tema em questão, é correto afirmar:
- A)** a teoria menor, acolhida em nosso ordenamento jurídico no Direito do Consumidor, incide com a prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, diante da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
 - B)** a teoria maior da desconsideração, excepcional no sistema jurídico brasileiro, pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações.
 - C)** para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba.
 - D)** para a teoria maior, a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica restringe-se à hipótese da prática de ato irregular, atingindo todos os sócios e administradores da pessoa jurídica em questão.